

EDITORIAL

Na presente edição, a Revista Direito UTP apresenta uma coletânea de estudos com um viés teórico-prático, seguindo o propósito de abordar temas atuais, imprescindíveis para os leitores da contemporaneidade.

O Professor Dr. Claudio Henrique Castro, em artigo intitulado “Breves anotações sobre o Direito Fundamental à Integridade e à Proteção no Espaço Digital e suas repercussões no Direito Público e no Direito Privado”, analisa o direito fundamental — ainda emergente — à integridade digital e à proteção no espaço digital. O autor conceitua e debate até que ponto há interferência na vida privada das pessoas que não têm a possibilidade de escolha quanto à inserção nos mundos digitais, oferecidos pela tecnologia e ainda não devidamente protegidos pelo Direito.

O Professor Mestre Rafael Gogola e a bacharelanda Emanuelle Viana Ribeiro, em artigo intitulado “As instituições de acolhimento da criança e do adolescente: desafios para o funcionamento e dever estatal de fomento”, analisam os desafios enfrentados por essas instituições a partir do papel do Estado na promoção e suporte a elas. Demonstram como a insuficiência de verbas públicas e a dependência de doações privadas geram instabilidade financeira, comprometendo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados. Dessa forma, as instituições enfrentam problemas relacionados à infraestrutura inadequada, à falta de recursos materiais e às instalações físicas insuficientes. Em suma, a eficácia das instituições de acolhimento depende diretamente do apoio e do fomento estatal.

A mestra Barbara Reis Chaves Alvim apresenta o artigo “A Lei de prevenção à automutilação e ao suicídio e o (não) impacto na sociedade”, no qual demonstra o aumento de casos de automutilação e suicídio, especialmente entre adolescentes. A autora analisa especificamente o cenário brasileiro, no qual os casos de suicídio cresceram 60% nas últimas quatro décadas, com mais de 300 mil registros de violência autoprovocada na última década. As tentativas de suicídio são a segunda causa de internações entre meninas de 10 a 19 anos no Sistema Único de Saúde, enquanto, entre meninos, o suicídio é a terceira causa de morte externa. A autora faz uma análise crítica da Lei Federal nº 13.819/2019, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.225/2020, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

O autor João Victor Stanke discute o tema “Responsabilidade civil das instituições de ensino em um cenário de mercantilização”, analisando os processos de mercantilização e financeirização da educação. Identifica condutas que impactam negativamente a qualidade do ensino e, a partir disso, examina a responsabilidade civil das instituições educacionais, destacando casos em que práticas derivadas desses processos resultaram na condenação de tais estabelecimentos.

A bacharelanda Mariana Záttera Baluta examina os “Aspectos jurídicos e éticos do banco nacional genético: desafios e implicações legais”, analisando os aspectos jurídicos e éticos do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) no Brasil como uma ferramenta crucial para a identificação criminal por meio do DNA. Para ilustrar a

implementação do BNPG, a autora destaca avanços significativos na resolução de crimes, permitindo a identificação precisa de suspeitos e vítimas. No entanto, sua aplicação levanta questões sobre a constitucionalidade da Lei nº 12.654/2012 e do Decreto nº 7.950/2013, especialmente no que se refere ao princípio da não autoincriminação e à proteção de dados pessoais.

Por fim, a Professora Dra. Thaís G. Pascoaloto Venturi e a acadêmica Sophia Mayumi Zunto Tsugue analisam a “Publicidade no mercado de consumo digital e a responsabilidade civil dos influenciadores digitais”. Considerando o exponencial crescimento dos influenciadores digitais no ambiente virtual, sobretudo nas redes sociais, e seu relevante poder de influência sobre os consumidores, torna-se necessário discutir a possibilidade de imputação de responsabilidade civil a esses agentes pelos danos causados aos usuários em decorrência das publicações veiculadas nas plataformas digitais.

Agradecendo as valiosas contribuições de todos os autores para esta edição do meio do ano letivo de 2025 da Revista Direito UTP, desejamos a todos uma leitura proveitosa.

Inverno de 2025

Conselho Editorial

Editora: Thaís G. Pascoaloto Venturi